



Miguel Galvão Teles, ex-Conselheiro de Estado do Presidente Ramalho Eanes e sócio fundador de um dos maiores escritórios de advogados nacionais, é um indefectível sportinguista. No clube de Alvalade liderou a Assembleia-Geral entre 1995 e 2006. Esteve ainda à frente da Comissão da Reforma da Justiça do governo de Santana Lopes. Há dias foi homenageado pela comunidade jurídica pelo seu contributo para o direito nacional



# Galvão Teles “Se fosse Presidente da República, não fazia eleições [no caso de crise política]”

O ex-conselheiro de Estado considera que a atitude subserviente de Portugal face ao FMI é altamente negativa

ISABEL TAVARES

isabel.tavares@ionline.pt

LUÍS ROSA (Texto)

luis.rosa@ionline.pt

ANTÓNIO PEDRO SANTOS (Fotos)

antonio.pedrosantos@ionline.pt

Recebeu-nos no seu escritório na Rua Castilho, em Lisboa, e levou-nos até ao Olimpo, como é conhecido por graça o 11.º andar do edifício, devido à sua insuspeita vista sobre a cidade. Neste dia todas as atenções estavam centradas nos Estados Unidos da América e nas eleições que viriam a dar nova vitória a Barak Obama. Miguel Galvão Teles estava “muito preocupado” e pôde finalmente descansar para esse lado. Mas do lado de cá do Atlântico as preocupações continuam e o ex-conselheiro de Estado aflige-se com o caminho do país e com a prepotência dos senhores do FMI, que, diz, estão em Portugal a dar ordens e a ditar regras. O que lhe “dói mais é que as coisas podiam ser feitas com sensibilidade, mas há demasiada arrogância”. Ex-conselheiro de Estado, não tem dúvidas: se nos próximos meses o executivo falhar, deve demitir-se e o Presidente da República deve nomear um governo de salvação nacional.

**Como é que aqui do Olimpo, como gosta de lhe chamar, vê o que se está a passar no país, como vê os mortais?**

Bem, eu faço parte dos mortais. Estou aqui por ser velho, mas sou humano. Agora, vejo isto – não os mortais, mas o país – de uma forma muito assustadora. Porque eu não percebo, não consigo entender, o que se está a passar e o que se está a fazer. E o que não entendo assusta-me.

**A reorganização do Estado social está na agenda do dia. Concorda que esta é a melhor forma de reduzir a despesa estrutural do Estado?**

Ainda ninguém me explicou, com números – impostos daqui, cortes dali e dá isto –, se isso é necessário. Fazem-se contas ao aumento da receita do IVA sem falar na contracção do consumo que a subida das taxas vai gerar... E temo, sinceramente, que isto saia tudo ao contrário do que está previsto. Além disso, assusta-me muito a redução das funções sociais do Estado. E não consigo perceber se isso é ou não é necessário.

**Não está a ser um processo transparente, do ponto de vista da comunicação?**

O que me aflige mais é a opacidade. E dizer que vêm aí os homens do Fundo Monetário Internacional, que não é propriamente uma instituição que tenha um passado muito recomendável, não me descansa. E falo pelo que eles fizeram na América Latina (deram cabo da Argentina, por exemplo) ou pelo que fizeram na Ásia – onde, graças a Deus, deram cabo da Indonésia, o que permitiu a independência de Timor. O que, aliás, muito lhes agradeço.

**Mas está convencido que temos de adaptar o nosso Estado social à riqueza que produzimos?**

Sim. O que me pergunto é se o processo que está a ser seguido não diminui a riqueza que nós produzimos. É evidente que não podemos passar a vida a gastar mais do que aquilo que recebemos. **Os especialistas apontam para um sistema de saúde – que a Constituição diz**

“A Constituição não impede que o Estado social seja reduzido. Impede que seja suprimido”

“Dizer que vêm aí os homens do FMI, que não têm um passado recomendável, não me descansa”

“Portugal assinou um acordo, tem de cumprir. Mas com dignidade e exigindo respeito”

**que deve ser tendencialmente gratuito – pago pelos utentes com maior capacidade económica e a aplicação do plafonamento na segurança social. Isto leva a que os que têm mais rendimentos paguem mais. Concorda com o princípio?**

Isso não me faz diferença nenhuma. As pessoas que têm mais rendimentos serem as que contribuem mais, acho que é justo. O que isto não pode é ser um processo de destruição. Eu, que não sou propriamente rico, até tenho um seguro de saúde. Há quem não possa. O que me assusta é não saber, ou que eles não saibam, quem pode e quem não pode pagar. Era preciso que explicassem tím-tím por tím-tím e ninguém fez isso. Eu não sou economista, mas não sou burro e ainda não percebi! Isto é, além do mais, de uma grande arrogância.

**Para refundar, palavra na moda, é preciso alterar a Constituição?**

Há muitas coisas na Constituição que podem ser mudadas, mas é preciso perceber que a Constituição também não impede que o Estado social seja reduzido. O que impede é que seja suprimido. O que poderia ter sido útil era uma disposição constitucional que permitisse um regime de excepção financeira, para uma situação de emergência e com limite temporal. Mas hoje já não seria possível porque se instalou a desconfiança. As pessoas não acreditam.

**Afirmou que o FMI não é propriamente recomendável, mas já cá esteve antes e resolvemos os problemas...**

E em Portugal não correu mal.

**O que é que foi diferente nas intervenções anteriores?**

Logo a seguir à revolução, o FMI vinha coberto por uma Europa solidária. Depois há um FMI que vem no tempo de Ernâni Lopes mas – como é que eu hei-de dizer –, Ernâni Lopes foi um grande ministro.

**E Vítor Gaspar, não é um grande ministro?**

Não sei.

**Passou um ano e meio e ainda não sabe?**

Não sei. O que sei é que no tempo de Ernâni Lopes o FMI ajudou, mas foi ele quem tomou conta das coisas. Apesar de ter passado um

mau bocado, teve sempre um comportamento que se baseou no juízo crítico das medidas propostas.

**O Bloco de Esquerda e a CDU propõem rasgar o Memorando assinado com a troika e o PS defende uma renegociação. Qual deve ser a atitude de Portugal?**

Portugal assinou um acordo. Tem de cumprir. Mas com dignidade e exigindo respeito. A questão é que entre credores e devedores existe quase uma relação de chantagem. Agora, também não é como as coisas têm sido postas que se produzem mudanças no acordo. Neste ponto, e é o único, tendo a concordar com o governo. É com o cumprimento do acordo que vamos abrindo caminho para outras saídas.

**Como é que vê a ajuda que o FMI está a dar a Portugal na sua reorganização?**

O FMI não tem um bom histórico e está a haver uma atitude de subserviência que é altamente negativa. Não acho nada disto normal e é o que mais me choca. Choca-me a sua presença diária no país. Qualquer dia decidem quem é que fica com trabalho e quem deve ir para a rua.

**Foi negativo o Orçamento do Estado para 2013 não ter sido sujeito a fiscalização preventiva?**

Ainda não li todo o orçamento, é muito complexo. Mas é meu juízo que o problema não está tanto no aumento dos impostos – embora seja discutível se é necessário ou não –, está mais no corte de verbas para as actividades do Estado. E está nos despedimentos. Eu não consigo perceber o que é que vai acontecer se há um despedimento maciço em Portugal... Isto explode! Se ficamos com 40% ou com 50% de desempregados, o que é que acontece? É preciso ponderar.

**O que deveria ser feito?**

Tenho uma cor política, sou do PS, mas nesta discussão isso não me interessa. PS e PSD, ser um ou outro, é-me indiferente. Eu tentaria seguir os conselhos da doutora Manuela Ferreira Leite. Ela não é do meu partido, mas sabe economia, sabe da poda! Dou-lhe muito crédito. Enquanto ela não disser que está bem, não acredito que esteja bem.

**A dívida pública duplicou sobretudo nos governos Sócrates...**

Isso não é verdade, as coisas começaram a correr mal no governo do professor Cavaco. Mas ele era cauteloso e falava num défice virtuoso. Depois passou-se para um défice não virtuoso, exactamente quando não sei. Talvez com Guterres... Há a questão das eleições, antes das quais se aumentam os ordenados dos funcionários públicos... E há um fenómeno do qual as pessoas não têm noção. A certa altura, a seguir à queda do Lehman Brothers, a orientação que vem da Europa é para gastar dinheiro, para injectar dinheiro na economia. Um bocado à Keynes, que bem falta faz hoje. Não digo que seja ele, mas alguém com a sua lucidez.

**António José Seguro, tendo em conta que o PS governou nos treze dos últimos dezassete anos, deve ou não negociar com o governo esta reorganização do Estado social?**

Apesar de tudo, ele é chefe do partido do qual eu faço parte. Suponho que ao não querer negociar tem alguma razão no sentido processual. Agora, as coisas ain-

continua na página seguinte >>

**Miguel Galvão Teles compara a actual situação na União Europeia com o Tratado de Versailles [que pôs fim à Grande Guerra mas levou à ascensão do nazismo e à II Guerra Mundial]. Nunca acreditou na Europa, “que está a degradar-se”, mas acredita que só a Alemanha pode mudar o seu destino**

>> **continuação da página anterior**

da se podem compor.

**Mas faz sentido os partidos não se entenderem por uma questão de forma? Isso não devia ficar para segundo plano?**

A forma como as coisas se fazem é importante, porque é a forma que cria desconfiança.

**Há pouco falou numa Europa solidária, mesmo estando Portugal longe da CEE. Ainda acredita na Europa?**

A Europa está a desagregar-se... Eu nunca acreditei muito na Europa, sempre achei que foi dominada por uma burocracia perversa. Talvez possa mudar.

**Quem poderia mudar isso?**

A Alemanha. Nunca vos passou pela cabeça perguntar que semelhança é que isto tem com o Tratado de Versailles?

**Acredita que Portugal ou algum país da zona euro possa caminhar para uma situação de guerra civil ou esse é um cenário exagerado?**

Depende de como as coisas evoluírem. Nada é “vivível” com uma taxa de desemprego de 40% ou 50%. É tudo o que posso dizer. O que farão as pessoas? Não sei.

**As eleições na Alemanha são em Setembro. Será tarde de mais para Portugal?**

Pode ser. Numa coisa eu acredito: se as contas do orçamento saírem furadas, se os resultados não forem os esperados, não podem ficar no governo as pessoas que lá estão. Mas eles é que têm a responsabilidade moral de dizer: falhámos! Não se põe as pessoas a fazer sacrifícios destes para depois não haver consequências. **E qual é o tempo para ver se há resultados?**

Meados do ano que vem. Isto tem que ser tratado a sério, não com teimosia nem com orgulho.

**Quem pode assumir um papel de liderança?**

Não vou dizer. O problema crítico começa por ser o da degradação da classe política. Os grandes senhores da política já não estão cá.

**Mas são estes os políticos que temos, não é com eles que temos de nos governar?**

São porque, no fundo, as pessoas que poderiam dar um contributo positivo estão fora. E a comunicação social tem imensa culpa nisso, é muito agressiva – muitas vezes desconhecadora dos assuntos e faz um escrutínio exagerado no

supérfluo e não no essencial –, e as pessoas que poderiam estar a oferecer o corpo às balas acham que não vale a pena. O que faço são juízos morais: se isto não der resultado para o ano, quem o fez não pode ficar. Não há desculpas.

**Em caso de eleições, os partidos de esquerda radical anti-troika podem sair claramente reforçados, como aconteceu na Grécia.**

Se eu fosse o Presidente da República, não fazia eleições.

**O que faria?**

Um governo de salvação nacional.

**Com que pessoas?**

Não digo. Seria prematuro e poderia estar a queimar nomes que poderão vir a ser úteis no futuro.

**Por falar em futuro e em políticos, não tarda estamos em eleições autárquicas. Grande parte dos actuais presidentes não poderá candidatar-se à câmara em que está por exceder o número legal de mandatos, mas muitos vão candidatar-se a outras autárquias. Há os que têm processos a decorrer em tribunal...**

Eu acho que se há zona onde é preciso legislar, é esta. Há, muito frequentemente, discursos legislativos. A Assembleia da República precisava de ter uma comissão de redacção muito forte do ponto de vista técnico-jurídico e não tem. Nunca teve. Compreendo, racionalmente, a argumentação de que se um presidente foi afastado com base em factos referentes a um mandato anterior, por exemplo, isso não pode aplicar-se ao mandato seguinte. Andar à volta dos mandatos, mudar de sítio, este é um assunto que devia ser estudado a sério. A verdade é

**“O problema crítico começou por ser o da degradação da classe política. Os grandes senhores já não estão cá”**

**“Tudo o que seja limitação de recurso ao Supremo e impeça prescrições abusivas são boas opções”**

que isto degrada a imagem da política e era importantíssimo recuperar a imagem dos políticos.

**Esteve numa comissão da reforma da justiça, quando Aguiar-Branco foi ministro da Justiça, no governo Santana Lopes. Deixou um relatório pronto, apesar do pouco tempo de vida da comissão. Alguma das recomendações que deixou tem vindo a ser seguida?**

Houve uma que foi imediatamente adoptada, que foi a limitação dos recursos para o Supremo Tribunal. Penso que tanto no processo penal como no processo civil, tudo o que sejam medidas de limitação de recurso ao Supremo Tribunal e tudo o que sejam medidas que impeçam as prescrições abusivas são uma boa opção.

**A reforma penal pode ajudar a combater a ideia de que há uma justiça para ricos e uma justiça para pobres?**

Não creio que haja uma justiça para os ricos e outra para os pobres. Há diferença, muitas vezes, na qualidade dos advogados. Mas se um advogado nomeado oficiosamente não põe todo o seu empenho na resolução das questões deve levar um processo disciplinar.

**Concorda com a lei do enriquecimento ilícito?**

Tenho muitas dúvidas. Em princípio deve fazer-se prova da origem do enriquecimento. Hoje já há uma presunção fiscal.

**Muitos consideram que a justiça tributária tem um poder desmesurado...**

Existem os sinais exteriores de riqueza, o que dá trabalho e incomoda muita gente. **Qual seria, para si, a reforma da reforma da justiça?**

O problema é que a justiça está encharcada. Sou totalmente contrário à ideia de retirar litígio judicial para fora dos tribunais, mas é preciso criar uma estrutura que actue muito rapidamente. Quando propus a reforma do código do processo civil, o objectivo era chegar onde já estão os Estados Unidos – que não são um grande exemplo –, ou onde sempre esteve o Reino Unido: só chega ao Supremo Tribunal o que merece lá chegar. Isto faz com que haja 80 decisões por ano, quando muito. Aqui um juiz do Supremo tinha mais de um processo por semana. Como é que estuda? É preciso preservar nas coisas mais importantes o tempo necessário para os juízes ponderarem e é preciso criar formas ágeis e rápidas de decisão.

**Como é que olha para as várias profissões do Direito, para os megaproc-**

**...sos que não têm fim, para as constantes fugas de informação?**

As fugas de informação são uma vergonha infame. Para quem tanto gosta de informação obtida através de telefonemas, era fácil saber quem foi o autor da fuga escutando por telefone. Mas quero dizer que Portugal tem tido uma justiça íntegra. Não há conhecimento de casos de juízes que se vendam. Por isso penso que a magistratura tem de ter um estatuto diferente.

**Diferente como?**

Os governos deviam perceber que a justiça tem de ser salvaguardada, tem de ser respeitada, ter vencimentos dignos e não pode ter atitudes como aquelas que levam os juízes a discutir se vão ou não perder o direito aos passes de comboio para vir a Lisboa.

**Isso quer dizer que um juiz decide bem ou mal dependendo do que recebe?**

Não se trata de dinheiro. Trata-se de respeito e o respeito mostra-se nestas pequenas questões.

**Concorda que quem deixa um país no**



estado em que estamos, seja um governo liderado por José Sócrates, seja outro qualquer, deve ser legalmente responsabilizado?

Há legislação para isso. A lei prevê a responsabilização e os titulares do governo são solidariamente responsáveis. Mas não se usa.

**“O problema do Estado é que muito frequentemente não tem serviços jurídicos competentes”**

**“Uma coisa é fazer buscas aos escritórios de advogados. Outra é tornar os advogados arguidos”**

**Porquê?**

Não sei.

**Hoje fala-se também de alguma promiscuidade entre o poder político e económico, muito a propósito das parcerias público-privadas. Concorda?**

Não creio que da parte de qualquer um dos casos mais falados publicamente – Jorge Coelho e Joaquim Ferreira do Amaral –, a circunstância de terem visto as coisas do lado do governo tenha influenciado a escolha. Foi mais a ideia que se criou à volta disso. Mas creio que era útil um período de nojo. Porque não basta ser, é preciso parecer. Mas, repito, não creio que haja qualquer atitude menos correcta, mas mais vale prevenir.

**Tem sido criticado um excessivo outsourcing na contratação de serviços jurídicos por parte do Estado em detrimento da utilização dos seus serviços jurídicos próprios?**

O problema do Estado é que muito frequentemente não tem serviços jurídicos competentes. Quem é que presta serviços jurídicos ao Estado que não seja outsourcer? Noutros tempos eram os

representantes do Ministério Público, mas hoje não. O Estado não tem serviços jurídicos capazes.

**Podiam ser feitos concursos públicos para a contratação destes serviços, de forma a tornar as relações mais transparentes?**

Admito que podiam, mas com uma pré-selecção fortíssima. Mas o problema do concurso público é que muito frequentemente na prestação de serviços o preço acaba por ser determinante. E preços deteriorados dão cabo da qualidade. Quem é que tem coragem de aceitar uma proposta mais cara feita por gente capaz? Mas, a pergunta que eu faço é outra: escolhe um médico por concurso público? É também preciso ver que em Portugal não há muitas empresas capazes de prestar este tipo de serviços.

**Alguns advogados criticaram recentemente a quantidade de buscas feitas aos seus escritórios, classificando-as como abusivas. É assim que as vê?**

As buscas sempre estiveram previstas na lei. Mas uma coisa é fazer buscas aos escritórios dos advogados, outra é cons-

tituir os advogados arguidos para poder fazer devassa. Isso é lesivo da sua dignidade.

**Ainda a propósito de influências, ao contrário de outros países, Portugal não tem legislação sobre lobbying.**

**Devia ter?**

Devia ter. E houve até quem já tivesse há muitos anos apresentado propostas nesse sentido. Até gente do Tribunal Constitucional. Recordo-me também de uma comissão da Assembleia da República presidida por Leonor Beleza ter feito umas propostas relativas a uma revelação, ainda que confidencial, de interesses, que ia além dos interesses próprios.

**Estaria disponível para ajudar nessa lei?**

Sim. Estou é velho, mas estou disponível para ajudar.

**Se pudesse, que pergunta faria e a quem?**

Apetece-me fazer muitas perguntas... Neste momento, gostava de perguntar aos Deuses quem vai ganhar as eleições nos Estados Unidos da América.

**Quem é que jamais defenderia?**

Um pedófilo. É o pior de tudo.